

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Instituto de  
Economia  
Industrial**

**Boletim de  
Conjuntura  
Industrial**

vol. 4 n.º 4 set/84

## EDITORIAL

### AINDA OS IMPASSES DA ECONOMIA BRASILEIRA

Vem este Boletim, em seus últimos números, procurando intervir nos debates sobre os problemas que caracterizam o atual quadro de evolução da economia brasileira. Nossas análises nos tem levado a recusar o otimismo corrente em certos setores com que têm sido recebidos os números positivos do crescimento econômico deste ano.

Dois são os problemas persistentemente colocados por este Boletim em suas diferentes seções e em sucessivos editoriais. O primeiro diz respeito ao fato de que a atual trajetória de crescimento repousa em bases sobre as quais a política econômica interna tem pouco ou nenhum controle. O segundo consiste em saber-se que sem uma estratégia explicitamente voltada para desatar o nó das pesadas restrições financeiras externa e interna nos níveis público e privado, não pode haver perspectiva de crescimento efetivo e duradouro da economia brasileira. Estes dois pontos são fundamentos de uma visão coerente dos problemas atuais e ao mesmo tempo da forma alternativa de enfrentá-los e superá-los. Nunca é demais repetir que neles encontram-se as principais causas da recessão e inflação acelerada em que nos vemos mergulhados nestes anos 80.

Ninguém desconhece os índices positivos de crescimento que têm sido verificados nem, muito menos, os efeitos benéficos que possam exercer sobre o conjunto da economia em

termos de efeitos multiplicadores e de formação de expectativas menos pessimistas sobre o estado futuro dos negócios. Mas devemos observar que além dos problemas de base que persistem, tal crescimento tem sido causado pelo desempenho de um único componente da demanda agregada, a saber o saldo do balanço comercial, graças à performance do setor exportador. Esta performance tem sido possível pela adoção de uma política cambial que mantém o cruzeiro desvalorizado, mas é na recuperação americana e no déficit comercial praticado por aquele país que encontra a sua causa principal. O déficit americano no balanço comercial, como se sabe, evoluiu de US\$ 36 bilhões em 1982, para US\$ 61 bilhões em 1983, devendo alcançar a cifra de US\$ 130 bilhões no corrente ano, segundo se prevê (ver BCI, vol.4, nº3, julho de 1984). A importância deste fato para o comércio exterior brasileiro pode ser notada pela simples observação de que, enquanto as exportações brasileiras cresciam 22% no primeiro semestre deste ano (em relação ao mesmo período do ano anterior), aquelas destinadas ao mercado americano elevavam-se em 59%, com o que o superávit no comércio Brasil-Estados Unidos correspondeu a 47% do saldo global no período (ver BCI, loc.cit.).

Ao insistirmos neste ponto, procuramos apenas destacar os elementos explicativos fundamentais para o comportamento do setor exportador brasileiro, precavendo-nos assim contra explicações tais como as que atribuem a expansão das exportações simples ou fundamentalmente a uma "adequada relação câmbio/salários", inaugurada com a maxidesvalorização de fevereiro de 1983. Precaver é o termo exato, pois não será de estranhar que diante de uma possível redução da demanda americana por importações e a conseqüente retração das exportações brasileiras haja quem defenda uma nova maxi, para restabelecer a referida relação câmbio/salários.

Se analisarmos, por outro lado, a ação da política

econômica sobre os demais componentes da demanda agregada, veremos que todos continuam submetidos às severas regras de contenção monetária e creditícia. O gasto público vem sendo reduzido em termos reais ano após ano, e as novas projeções oficiais levam a prever novas reduções; o investimento privado continua inibido pelas taxas de juros (que acabam de sofrer nova inflexão – veja a seção Política Monetária e Creditícia, neste número) e pela própria ausência de horizontes econômicos definidos; e o consumo está contido por uma política salarial restritiva, pelo baixo nível de emprego que, apesar do crescimento do produto, ainda se mantém deprimido e pela inibição do endividamento familiar que estes fatores, aliados às altas taxas de juros e à incerteza gerada pelo quadro recessivo e inflacionário, impõem.

Este quadro de dificuldades certamente não induz a otimismo. Mas, mais grave que isto: a simples menção ou a vontade explicitada de retomada do crescimento exige o enfrentamento da questão financeira interna e uma pesada renegociação da dívida externa, sem o que a síndrome de (hiper) inflação, instabilidade, incerteza, recessão e desemprego continuará a toldar o horizonte. Neste sentido, não bastará boa vontade para que se consiga reverter o quadro presente. Imaginemos, por exemplo, que se resolva aumentar os salários reais dos trabalhadores através de movidas nos índices de reajuste. Esta medida poderia ser seriamente frustrada, em condições em que os trabalhadores (e tampouco o governo) não tem o poder de fixar salários reais, neste quadro de (hiper) inflação, e de efeitos disruptivos sobre o sistema de preços. (Neste campo, o máximo que a política econômica pode garantir são políticas defensivas de manutenção do poder de compra dos salários e recuperação do nível de emprego).

Tomemos um outro exemplo, no qual, dentro da melhor tradição "keynesiana", a política econômica decida lançar a

economia, praticando déficits fiscais com seus efeitos sobre os lucros e a demanda agregada. Como isto poderia ser sustentado ante o emaranhado das contas financeiras do Estado, que persistentemente escapam ao controle nas condições atuais do endividamento público e da indexação plena? Suponhamos ainda que, identificando corretamente na taxa de juros a expressão do nó cego em que se encontra enredada a economia brasileira, o governo promova uma expansão generalizada da liquidez com a intenção de fazer baixar as taxas financeiras. Com muita possibilidade a liquidez acrescida, antes de converter-se em gasto adicional a animar a produção e o emprego, transformaria-se em combustível para a fogueira especulativa que se armou no país, neutralizando o efeito sobre os juros.

Mais ainda, poderíamos examinar medidas de desindexação total dos ativos e passivos e o resultado longe estaria de indicar calma. Para ficarmos somente em um caso: grande número de empresas, no período recessivo, adotaram políticas de saneamento financeiro, reduzindo seus débitos junto ao sistema bancário e tornando-se administradoras de sua própria liquidez, auferindo importantes ganhos nos mercados financeiros. A desindexação, portanto, afetaria pesadamente os ativos de tais empresas, colocando-as pelo lado estritamente financeiro sob ameaças de insolvência. Poderíamos continuar a lista de ilustrações... e todas bateriam na mesma porta: a ineficácia de medidas parciais quanto aos juros e a regulação financeira, para onde todas elas convergem.

Acreditamos que sem que as questões sejam enfrentadas em sua complexidade, não se pode esperar modificações de fundo no estado atual da economia brasileira. De outra forma, seria atribuir à economia americana a capacidade de manter o mesmo ritmo de crescimento, de continuar a praticar déficits comerciais crescentes e, através disso, de continuar a transmitir impulsos expansivos para o resto do mundo. Não se

trata apenas de duvidar do atual padrão (?) de comércio internacional em seu futuro próximo, mas sobretudo de reclamar mecanismos mínimos para que uma economia receba, amplie ou se proteja dos impactos externos (mormente num mundo potencialmente tão instável comercial e financeiramente) sem renunciar no plano interno ao seu próprio dinamismo potencial. Será pedir demais?

Av. Pasteur, 250 – C.P. 56028  
CEP 22.290 – Rio de Janeiro – Tel.: 295-4295